

Ata da 3ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 3ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador Lucas Santos, secretariada pelos Vereadores Fabíola Mereles 1ª Secretária, e Edenir José Gaio Flores 2º Secretário, e presentes os Vereadores, Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Jovane Sebastião Ferreira e Roberto Bueno Marques e ausente o vereador Diego Zanetti. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e informou que devido a ausência do Presidente Diego Zanetti, como Vice-Presidente assumiria a Presidência desta sessão. Convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira. O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 2ª Sessão Ordinária, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada. O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: Ofício 125/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6700/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.000,00”; Ofício 126/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6701/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.000,00”; Ofício 127/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6702/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 41.942,29”; Ofício 128/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6708/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 125,00”; Ofício 129/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6703/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 45.000,00”; Ofício 130/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6704/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 45.000,00”; Ofício 131/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6705/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 60.000,00” Ofício 132/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6706/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.000,00”; Ofício 134/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6707/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 13.356,60”; Ofício 137/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6699/2026 que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.516/2006, que “CRIA O INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PALMEIRA - IMASP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS””; Ofício 32/2026 do Senhor Fabiano Bishop Cassanta Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, que solicita a reserva do espaço físico da Câmara de Palmeira para a realização de Audiência Pública no dia 13 de março de 2026, às 19 horas com o tema “Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Palmeira”, com o objetivo de promover a participação popular, o debate público e a transparência no processo de atualização do mencionado plano, em consonância com os princípios da gestão democrática e do controle social; Requerimento 04/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Requer ouvido o Plenário, solicitar ao Executivo Municipal que seja oficiado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Palmeira, para que encaminhe informações referentes aos atendimentos realizados a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2025; Requerimento 05/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Requer ouvido o Plenário, solicitar ao Executivo Municipal que, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, sejam prestadas informações, com base nos dados constantes no Departamento de Vigilância Socioassistencial do Município, acerca da demanda por auxílio-aluguel ou alternativa habitacionais emergenciais; Requerimento 06/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Requer ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Conselho Tutelar do Município de Palmeira/PR, para que encaminhe a esta Casa Legislativa informações referentes aos atendimentos realizados no período de janeiro de 2024 até a presente data, envolvendo situações de risco ou violação de direitos que demandaram afastamento do núcleo familiar, especialmente quanto aos casos que necessitaram de solução habitacional provisória ou auxílio-aluguel; Requerimento 07/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Requer ouvido o Plenário na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como à Secretaria



Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Finanças, solicitando informações acerca da adequação do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica no Município de Palmeira; Indicação 19/2026 dos vereadores Gilmar Costa e Diego Zanetti, indicam à Secretaria de Obras e Infra Estrutura, que veja da possibilidade de Cascalhamento na Estrada que Liga a PR 151 até Pinheiral de Baixo especialmente no trecho em frente da casa de Renato Koteski na Mandaçaia; Indicação 20/2026 do vereador Lucas Santos, indica à Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura que veja da possibilidade de realizar Patrolamento e Cascalhamento onde se fizer necessário no trecho que inicia na BR 277 passando por Guaraúna de Tocas e Guaraúna dos Borges até o reflorestamento da Empresa Berneck; Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, Emenda ao Projeto de Lei 6601/2025 que “Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 6601/2025.”. Concluída a leitura das matérias do expediente, o senhor Presidente solicitou que a Senhora 1ª Secretária procedesse à verificação dos vereadores presentes e dos inscritos para fazer uso da palavra. Foi registrada a presença de todos os senhores vereadores com exceção do vereador Diego Zanetti. O Vereador Sargento Gaio, inscreveu-se para fazer uso da palavra com o assunto “Sanepar / Homenagem”. Iniciou sua manifestação cumprimentando a todos os presentes, dirigindo saudação especial ao Senhor Presidente Lucas, desejando-lhe êxito na condução dos trabalhos e ressaltando que a função ora exercida faz jus ao seu profissionalismo. Cumprimentou, ainda, os demais vereadores e vereadora, o público presente no plenário, bem como aqueles que acompanham a sessão pelo canal do YouTube e pela TV Câmara. Na sequência, relatou que, nas últimas semanas, foram recebidas diversas reclamações da população acerca dos serviços prestados pela empresa Sanepar no Município de Palmeira, especialmente no que se refere à falta de água e ao mau cheiro na água fornecida aos munícipes. Informou que, diante dessa situação, foi encaminhado, no dia 11 de fevereiro, ofício à regional da Sanepar em Ponta Grossa, formalizando questionamentos acerca dos serviços prestados. Na oportunidade, registrou agradecimento ao gerente regional da Sanepar nos Campos Gerais, Senhor José Geraldo Machado Filho, pela prestatividade e pelo acolhimento ao expediente encaminhado. Esclareceu que o ofício teve por finalidade principal solicitar informações técnicas referentes aos projetos de infraestrutura da Sanepar previstos para o Município de Palmeira, destacando a importância do tema para o futuro da cidade no que diz respeito ao abastecimento de água potável. Ressaltou que o Município se encontra em fase de expansão, com diversas obras e canteiros de construção distribuídos em seu território, aproximando-se de quarenta mil habitantes, o que demanda planejamento adequado por parte da concessionária responsável pelo saneamento básico. Informou que, considerando a relevância do planejamento antecipado das ações de saneamento básico e visando atender às demandas da população, foi solicitada a relação dos projetos atualmente em estudo, em fase de elaboração ou já aprovados para o Município, com a devida descrição técnica, área de abrangência e tipo de intervenção, bem como a previsão de início das obras, quando existente, e informações acerca dos investimentos previstos para os próximos anos. Destacou que a solicitação foi motivada pelos constantes questionamentos da comunidade local, além da necessidade de acompanhamento e transparência das ações de infraestrutura no Município. Comunicou que o ofício foi protocolado em 11 de fevereiro e que, no dia 12, foi recebida resposta técnica da Sanepar, na qual se informa a existência de projetos já aprovados para os próximos anos. O primeiro refere-se ao projeto de engenharia de ampliação do sistema de abastecimento de água, já finalizado e aprovado, contemplando a ampliação da capacidade de produção e tratamento para 12.960 m³ por dia, com previsão estimada de início das obras em julho de 2027 e investimento estimado em R\$ 72.000.000,00, consistindo na implantação de um novo sistema de abastecimento no Município de Palmeira, com o objetivo de suprir a demanda futura projetada. O segundo projeto diz respeito a obras de melhorias e ampliação do sistema de esgoto sanitário, incluindo intervenções na estação de tratamento de esgoto e nas elevatórias, com previsão estimada de início em julho de 2028, tendo o investimento ainda a ser definido. Prosseguindo, informou que, de maneira extraoficial, questionou o gerente regional acerca das reiteradas reclamações recebidas. Nesse contexto, registrou apelo público aos munícipes, salientando que, embora haja numerosas manifestações nas redes sociais relativas à falta de água e ao mau cheiro, em consulta ao sistema oficial da Sanepar não foram identificados registros formais no Município sobre tais ocorrências. Relatou que foi sugerida a realização de campanha educativa para divulgação dos canais oficiais de atendimento da Sanepar,



especialmente a ouvidoria via WhatsApp e o número 0800, a fim de que a população formalize suas reclamações pelos meios adequados. Destacou que a formalização é essencial, pois a empresa mantém equipe responsável pelo acompanhamento e filtragem das demandas, sendo que, na ausência de registros oficiais, presume-se a normalidade dos serviços, o que não condiz com a realidade observada no Município. Por fim, reiterou o pedido para que os munícipes utilizem os canais oficiais de atendimento da Sanepar, como o WhatsApp, as ouvidorias e o telefone 0800, ressaltando a importância dessa providência para que as demandas sejam devidamente registradas e solucionadas. Em aparte à manifestação do Vereador Sargento Gaio, a Vereadora Fabíola, com a devida permissão, informou que também recebeu, ao longo da semana, diversas reclamações relacionadas aos serviços prestados pela Sanepar, relatando, inclusive, possuir demanda pessoal junto à empresa. Recordou que, na ocasião em que representantes da Sanepar estiveram nesta Casa de Leis para audiência pública realizada a pedido do Vereador Joslei Sequineli, foram feitos questionamentos incisivos, especialmente no tocante ao atendimento oferecido à população. Destacou que é de conhecimento geral, inclusive dos demais parlamentares, a recorrência de reclamações quanto à dificuldade enfrentada pelos munícipes ao se dirigirem à Sanepar para registrar ocorrências, mencionando que, em diversas situações, os cidadãos relatam obstáculos no atendimento, com a percepção de resistência ao recebimento formal das reclamações. A Vereadora reforçou o posicionamento apresentado pelo Vereador Sargento Gaio, ressaltando que, embora atualmente haja amplo acesso às redes sociais e que os vereadores frequentemente acolham demandas por esses meios, as empresas concessionárias não reconhecem manifestações realizadas exclusivamente nessas plataformas como registros oficiais. Assim, ponderou que não basta a publicação de vídeos ou textos em redes sociais, sendo imprescindível a formalização da reclamação pelos canais oficiais disponibilizados pela empresa, como o atendimento via WhatsApp mencionado anteriormente. Relatou, ainda, que solicitou a exibição de vídeo contendo a reclamação de moradora do bairro Vila Rosa, no qual se demonstrava a condição da água encontrada ao retornar do trabalho, classificando a situação como descaso para com a população. Observou que o cidadão, ao chegar em casa após a jornada laboral, necessita preparar sua alimentação e realizar sua higiene pessoal, não sendo aceitável que encontre a água em condições inadequadas. Acrescentou que a Sanepar apresentou justificativa semelhante a vereadores do Município de Ponta Grossa, alegando ausência de registros formalizados. Por essa razão, reiterou a orientação para que as reclamações sejam formalizadas pelo número 41 9 9544-0115, com o envio de vídeos, fotos e demais comprovações pelos canais oficiais. Por fim, colocou seu gabinete à disposição da população para auxiliar no registro das demandas, manifestando convicção de que o gabinete do Vereador Sargento Gaio igualmente se encontra disponível para esse apoio, enfatizando que não considera aceitável que qualquer cidadão do Município retorne à sua residência e se depare com água em condições inadequadas. Reiterou que, sendo a formalização requisito exigido pela empresa, os parlamentares estarão à disposição para auxiliar a comunidade no encaminhamento de cada ocorrência, encerrando sua manifestação com agradecimento ao Vereador Sargento Gaio. O Vereador Sargento Gaio retomou a palavra, elogiando a colocação da Vereadora Fabíola e enfatizando a necessidade de que os munícipes utilizem massivamente os canais oficiais de atendimento da Sanepar para registrar suas reclamações. Ressaltou que somente por meio da formalização será possível cobrar a empresa com propriedade, solicitar relatórios dos registros dos últimos meses e dispor de dados concretos para exigir providências, destacando que, na ausência desses registros, entende-se que os serviços estão sendo prestados de forma satisfatória, o que não condiz com a realidade. Acrescentou que os vereadores podem unir esforços para solicitar a antecipação das obras previstas pela Sanepar, reconhecendo a existência de burocracias em nível estadual, mas destacando que, conforme resposta ao ofício, o início das obras está previsto apenas para 2027, enquanto os problemas de abastecimento afetam o Município de Palmeira há décadas. Enfatizou a importância de apresentar requerimentos com vistas à possibilidade de antecipação do cronograma, a fim de minimizar os impactos sobre a população. Informou que o novo reservatório será construído no Rio do Salto, com interligação ao reservatório do Rio do Pugas, atualmente insuficiente para atender à demanda crescente, em razão do crescimento populacional do Município, que se aproxima de quarenta mil habitantes. Reforçou novamente o pedido à comunidade para que registrem suas reclamações pelos canais oficiais, lembrando que os gabinetes de todos os vereadores



estão à disposição para prestar auxílio nesse processo. Ressaltou que o fornecimento de água constitui um requisito básico e um direito garantido pela Constituição Federal, e que não se pode admitir, como já citado, que trabalhadores retornem às suas residências após uma jornada cansativa e encontrem água inadequada ou indisponível para uso doméstico. Em seguida, o Vereador prestou homenagem ao subtenente Heitor Marcos Guerra, colega de farda que faleceu recentemente, destacando que dedicou mais de trinta anos de sua vida profissional à proteção da sociedade no Município de Palmeira. Ressaltou ainda seu relevante trabalho social na área das artes marciais e do karatê, acolhendo crianças e adolescentes, independentemente de sua condição financeira, e deixando um legado de exemplo e dedicação. Registrou seus sentimentos à família do subtenente e aos companheiros de farda, encerrando sua manifestação com agradecimento ao Presidente da sessão. A vereadora Fabíola Mereles, inscreveu-se para fazer uso da palavra com o assunto “Atendimento Humanizado”. Iniciou sua manifestação cumprimentando o Senhor Presidente, os demais vereadores, o público presente e aqueles que acompanham a sessão pelas redes sociais. Relatou um episódio ocorrido na última quinta-feira, durante a madrugada, quando acompanhava uma familiar hospitalizada na Santa Casa, ocasião em que decidiu dirigir-se pessoalmente ao hospital, aproveitando para observar o fluxo de atendimento, considerando a nova estrutura destinada ao atendimento da população. Na recepção, relatou ter presenciado uma situação considerada desagradável, em que a recepcionista demonstrou falta de empatia e desinteresse, limitando-se a perguntas secas e sem contato visual adequado, o que reforçou a necessidade de um atendimento humanizado. A Vereadora destacou que, apesar de compreender a existência de informações sigilosas, o mínimo esperado seria atenção, respeito e empatia, e que essa experiência lhe permitiu vivenciar, na prática, o que muitas famílias enfrentam diariamente. Informou que, diante da ausência de informações adequadas na recepção, precisou contatar o médico plantonista, Dr. Haydan, a quem agradeceu publicamente, ressaltando seu atendimento humanizado, ética e cuidado ao explicar detalhadamente o estado da paciente e tranquilizar a familiar presente. Ao sair, a Vereadora registrou que conversou novamente com a atendente, destacando que, naquele momento, atuava como vereadora, mas questionando se o atendimento seria diferente caso se tratasse de um cidadão sem vínculos institucionais, enfatizando a necessidade de atendimento humanizado para todos. No dia seguinte, relatou ter contatado a diretora Alba, que ouviu sua manifestação, reconhecendo que podem ocorrer situações pontuais, mas esclarecendo que não se tratava de um problema generalizado. A Vereadora reforçou que sua fala possui caráter de fiscalização e compromisso com a população, e não de ataque ou perseguição, colocando seu gabinete à disposição para receber relatos semelhantes, especialmente considerando o estado de vulnerabilidade dos pacientes e familiares. Informou que, em decorrência do ocorrido, protocolou ofício à direção da Santa Casa, solicitando a apuração interna dos fatos, o reforço de orientação e capacitação da equipe de recepção quanto à importância do atendimento humanizado e da comunicação adequada com pacientes e familiares, bem como informações sobre providências adotadas ou a serem implantadas para aprimorar o padrão de acolhimento no ambiente hospitalar. Destacou que o ofício já foi encaminhado por e-mail à direção da instituição. Finalizou sua manifestação agradecendo à diretora Alba, à Kauani Novaki e ao Vereador Vane, líder do governo, pelo acolhimento e auxílio no dia seguinte ao ocorrido, ressaltando que a atuação parlamentar não se trata de questões políticas, mas de respeito, dignidade e promoção de atendimento humanizado à população, reafirmando o compromisso de seguir firme nesse propósito. Sem mais inscritos para fazer uso da palavra seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores vereadores com exceção do vereador Diego Zanetti. As indicações 15 a 18/2026 em discussão única e em bloco foram aprovadas por todos. A Emenda ao Projeto de Lei 6601/2025 protocolada com nº 101/2026 foi aprovada por todos. Em 2ª discussão e votação os Projetos de Lei 6657 e 6662/2026 e o Projeto de Resolução 190/2026 foram aprovados por todos, sendo o 6662/2026 em votação nominal. Em primeira discussão foram os Projetos de Lei 6649, 6650, 6651, 6652, 6653, 6654, 6655, 6656, 6658, 6659, 6660, 6661, 6663, 6664, 6665, 6666, 6667, 6668, 6669, 6670, 6671, 6672, 6673, 6674, 6675, 6676, 6677, 6678, 6679, 6680 e 6681/2026. Em discussão o Projeto de Lei 6651/2026, o vereador Vane iniciou sua manifestação cumprimentando os colegas parlamentares e registrou que considera o desabafo da Vereadora Fabíola extremamente pertinente, afirmando concordar integralmente com suas palavras e destacando que, acima de questões políticas, o objetivo comum é apoiar-se mutuamente e atender





da melhor forma possível a população. Em seguida, abordou a suplementação de créditos em discussão, destacando três importantes projetos viabilizados por intermédio da deputada Leandre, cujo montante totaliza mais de R\$ 5.732.000,00 destinados à população com sessenta anos ou mais. Especificou que o primeiro projeto, no valor de R\$ 40.378,00, contempla investimento em equipamentos para atividades físicas, ampliando ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e fortalecimento da saúde mental da melhor idade, destacando tratar-se de uma das principais bandeiras defendidas pela deputada Leandre. O segundo recurso, no valor de R\$ 5.650.000,00, será destinado ao Complexo do Idoso, espaço estruturado para proporcionar maior qualidade de vida, convivência e atendimento adequado à população idosa do Município. Por fim, mencionou o projeto “Viaja Mais 60”, no valor de R\$ 41.000,00, que já vem despertando grande expectativa entre os idosos do Município, com previsão de primeira viagem a Morretes, ocasião em que o Vereador pretende acompanhar a deputada Leandre para prestigiar esse momento de valorização da melhor idade. Concluiu sua manifestação ressaltando o compromisso e a responsabilidade com que os parlamentares seguem trabalhando, reiterando seu agradecimento e gratidão à deputada Leandre pelos investimentos destinados ao Município, encerrando sua fala com votos de boa noite a todos. Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia o senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os Projetos de Lei 6699 ao 6708/2026; encaminhou para a Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os Projetos de Lei 6601/2025, 6682 ao 6685/2026, o Substitutivo ao Projeto de Lei 6686/2026 e 6687 ao 6698/2026 para análises e emissão de pareceres. A vereadora Fabíola inscreveu-se em explicação pessoal com o assunto “Requerimento”. Manifestou-se rapidamente acerca dos Requerimentos nº 04, 05 e 06/2026, protocolados no dia, solicitando atenção especial do Conselho Tutelar, do CREAS e da Secretaria de Assistência Social, de modo a obter resposta a esses requerimentos com a maior brevidade possível. Destacou que o Município enfrenta atualmente um grave problema relacionado à ausência de política pública efetiva para acolher mulheres vítimas de violência, ressaltando que, muitas vezes, quando uma mulher procura ajuda, necessita de acolhimento emergencial e que não é suficiente apenas orientá-la a retornar ao domicílio, permanecendo sob o mesmo teto do agressor. Informou que seu gabinete protocolou, no ano anterior, projeto de lei denominado “Auxílio Aluguel Maria da Penha”, que segue em tramitação e aguarda análise do impacto orçamentário. Ressaltou que políticas públicas devem ser construídas com base em dados concretos e evidências, sendo esse o objetivo dos requerimentos apresentados: levantar informações que subsidiem ações efetivas de proteção às mulheres. Por fim, reforçou o pedido de atenção, sensibilidade e prioridade por parte dos órgãos competentes, com vistas ao avanço responsável das políticas de proteção, garantindo segurança e acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade, agradecendo ao Presidente pela palavra concedida. Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria realizada no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única dos Requerimentos 04 ao 07/2026, das Indicações 19 e 20/2026, 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6649 ao 6656/2026, 6658 ao 6661, e 6663 ao 6681/2026, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1ª Secretária.

